

AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - DF

Estudo Técnico Preliminar 21/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 48500.031950/2025-38

2. Legislação

- Lei nº 14.133/2021: estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Lei nº 9.610/1998: altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.
- Lei nº 9.784/1999: regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- Lei nº 12.527/2011: dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.
- Lei nº 13.467/2017: altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.
- Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.
- Decreto nº 1.094/1994: dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais (SISG) dos órgãos civis da Administração Federal direta, das autarquias federais e fundações públicas, e dá outras providências.
- Decreto nº 7.983/2013: estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.
- Decreto nº 11.462/2023: regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021;
- Decreto nº 9.507/2018: dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- Decreto nº 10.818/2021: regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133/2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.
- Decreto nº 10.947/2022: Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Decreto nº 11.246/2022: regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Decreto nº 11.890/2024: regulamenta o art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a aplicação da margem de preferência no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e institui a Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável.
- Decreto nº 12.174/2024: dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Decreto nº 12.304/2024: regulamenta o art. 25, § 4º, o art. 60, caput, inciso IV, e o art. 163, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os parâmetros e a avaliação dos programas de integridade, nas

hipóteses de contratação de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, de desempate de propostas e de reabilitação de licitante ou contratado, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

- Decreto nº 12.516/2025: altera o Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Decreto nº 12.343/2024: atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.
- Portaria MP nº 443/2018: estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507/2018.
- Portaria SEGES/ME nº 21.262/2020: estabelece procedimentos referenciais para a composição da planilha de custos e formação de preços nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, executados de forma contínua ou não, em edifícios públicos, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021: dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Portaria SEGES/ME nº 938/2022: institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133/2021.
- Portaria SEGES/ME nº 7.828/2022: estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.
- Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017: dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 53/2020: dispõe sobre as regras e os procedimentos para operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos, realizadas entre o fornecedor e instituição financeira, por meio do Portal de Crédito digital, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021: dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021: dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133/2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021: estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas de que trata a Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022: dispõe sobre a dispensa, o parcelamento, a compensação e a suspensão de cobrança de débito resultante de multa administrativa e/ou indenizações, previstas na Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, não inscritas em dívida ativa.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022: dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- Instrução Normativa SEGES nº 73/2022: dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

- Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022: dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022: dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 91/2022: estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 96/2022: dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por maior retorno econômico, na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022: estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81/2024: dispõe sobre as regras e procedimentos para a possibilidade de compensação de jornada nos contratos de prestação de serviços contínuos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024: dispõe sobre as regras e os procedimentos para adoção dos custos mínimos a serem observados nos valores de remuneração, incluindo salário-base e adicionais, auxílio-alimentação e outros benefícios como mecanismo de fortalecimento das garantias trabalhistas em contratos de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, nos termos do art. 5º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024.
- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 190/2024: dispõe sobre a relação dos serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra aptos à aplicação da redução de jornada de 44 horas para 40 horas semanais, de que trata o art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, nos termos do art. 5º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024.
- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213/2025: dispõe sobre os procedimentos administrativos para a organização e a previsibilidade das férias dos colaboradores terceirizados nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de que trata o inciso I, art. 3º, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382/2025: dispõe sobre as ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho, para fins de desempate em processos licitatórios, de que trata o art. 5º do Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Lei nº 8112/1990: institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais.
- Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022: instituiu o Piso Nacional da Enfermagem, para enfermeiras(os), técnicas(os), auxiliares de enfermagem e parteiras.
- Decreto nº 6.833, de 2009: institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor.
- Decreto nº 6.856, de 2009: regulamenta o art. 206-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico Único, dispondo sobre os exames médicos periódicos de servidores.
- Portaria Normativa nº 04, de 15 de setembro de 2009: estabelece orientações para aplicação do Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009, que dispõe sobre os exames médicos periódicos dos servidores dos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC.
- Portaria SGP/MPOG nº 1.261, de 5 de maio de 2010: institui os Princípios, Diretrizes e Ações em Saúde Mental que visam orientar os órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC da Administração Pública Federal sobre a saúde mental dos servidores.

- Portaria Normativa MPOG nº 03, de 07 de maio 2010: estabelece orientações básicas sobre a Norma Operacional de Saúde do Servidor (NOSS) aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, com o objetivo de definir diretrizes gerais para a implementação das ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho e promoção à saúde do servidor.
- Portaria Normativa SGP/MPOG nº 3, 25 de março de 2013: institui as diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal, que visam orientar os órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC.
- Portaria Normativa SEGRT/MP nº 7, de 26 de outubro de 2016: institui as diretrizes de promoção da alimentação adequada e saudável nos ambientes de trabalho, a serem adotadas como referência nas ações de promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho dos órgãos e entidades integrantes do sistema de pessoal civil da administração federal - SIPEC.
- Portaria ANEEL nº 6.143/2019: estabelece as Diretrizes Básicas da Política de Segurança da Informação e Comunicações a serem observados no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
- Portaria ANEEL nº 6919/2025, institui a Política de Bem-estar da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com vistas a estimular práticas que promovam o bem-estar no trabalho de maneira sustentável, humanizada e duradoura.
- Portaria ANP nº 315, de 25 de outubro de 2012: Estabelece regras gerais para o funcionamento do Serviço de Medicina Ocupacional com o objetivo de promover a saúde e a qualidade de vida dos servidores e demais colaboradores no local de trabalho.
- Termo de Execução Descentralizada – TED nº 001/2023-ANP-201.3554, firmado entre ANEEL e ANP, com a finalidade de rateio de rateio das despesas de custeio com a prestação de serviços de manutenção e conservação predial/condominial e a execução de ações mútuas de cooperação.
- Resolução Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO nº 09/1978: aprova o regulamento para registro de empresas nos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e dá outras providências.
- Resolução Conselho Federal de Nutrição - CFN nº 378/2005: dispõe sobre o registro e cadastro de Pessoas Jurídicas nos Conselhos Regionais de Nutricionistas e dá outras providências.
- Resolução do Conselho Federal de Medicina - CFM nº 1.971/2011: fixa regras para cadastro, registro, responsabilidade técnica, cancelamento, anuidades e taxas para as pessoas jurídicas que prestam serviços médicos.
- Resolução do Conselho Federal de Psicologia - CFP nº 16/2019: dispõe sobre o registro e cadastro de Pessoas Jurídicas, que prestam serviços de psicologia.
- Resolução Conselho Federal de Enfermagem - COFEN nº 721/2023: atualiza a norma técnica para Registro no âmbito dos Conselhos Regionais de Enfermagem.

3. Contratações precedentes

A primeira contratação dos serviços ambulatoriais efetuada no âmbito do Complexo ANEEL/ANP decorreu do Pregão Eletrônico nº 2/2011, cujo objeto foi a contratação de pessoa jurídica especializada em instalação e gestão de ambulatórios para a prestação de serviços de assistência médica ambulatorial de emergência/urgência em saúde, medicina do trabalho, saúde ocupacional, realização de exames médicos periódicos, avaliação ergonômica do ambiente de trabalho e programas complementares e de qualidade de vida no trabalho. Após realização do certame, foi firmado o contrato nº 237/2011 com a empresa Brasilmed Auditoria Médica Serviços S/S Ltda., CNPJ 00.706.148/0001-46, vencedora da licitação.

A contratação previa serviços de realização de exames médicos periódicos, disponibilização de médico do trabalho, serviço de assistência social e apoio psicológico, orientação nutricional, ambulância sob demanda, realização de análise ergonômica do trabalho com emissão de respectivo laudo, além de disponibilização de equipamentos, medicamentos e outros materiais de consumo pela contratada. Ainda em 2011, a ANP solicitou que, para o primeiro contrato, fosse incluído o serviço de terapias alternativas de shiatsu. Em 2015, foi incluído o serviço de massoterapia para a ANEEL. No mesmo ano, também foi inserida a especialidade de medicina psiquiátrica, devido à constatação de que os atestados médicos relacionados a transtornos mentais e comportamentais eram os que geravam afastamentos mais longos.

Desde a contratação inicial, a empresa Brasilmed Auditoria Médica manteve-se vencedora dos certames subsequentes. A tabela seguinte apresenta um histórico das contratações do serviço.

Tabela 1 – Histórico das Contratações dos Serviços de Ambulatório no Complexo ANEEL/ANP

Processo nº	PE ou Inexig ou Disp nº	Contratado	Contrato ou Ata ou Empenho nº	Valor R\$	Encerramento da vigência
48500.006346/2010-97	PE nº 2/2011	Brasilmed Auditoria Médica	237/2011	R\$ 625.544,67	30/6/2012
48500.001938/2012-84	PE nº 41/2012	Brasilmed Auditoria Médica	264/2012	R\$ 589.203,48	19/7/2013
48500.002470/2013-26	PE nº 26/2013	Brasilmed Auditoria Médica	148/2013	R\$ 672.951,07	18/8/2014
48500.003864/2014-82	PE nº 46/2014	Brasilmed Auditoria Médica	8/2015	R\$ 691.398,14	5/4/2016
48500.000310/2016-95	PE nº 4/2016	Brasilmed Auditoria Médica	58/2016	R\$ 583.361,53	7/7/2017
48500.000310/2016-95	-	Brasilmed Auditoria Médica	1º TA Contrato 58/2016	R\$ 505.777,23	7/7/2018
48500.000310/2016-95	-	Brasilmed Auditoria Médica	2º TA Contrato 58/2016	R\$ 624.471,20	7/7/2019
48500.000310/2016-95	-	Brasilmed Auditoria Médica	3º TA Contrato 58/2016	R\$ 638.092,90	7/7/2020
48500.000310/2016-95	-	Brasilmed Auditoria Médica	4º TA Contrato 58/2016	R\$ 575.117,71	7/7/2021
48500.001298/2019-89	PE nº 6/2021	Brasilmed Auditoria Médica	11/2021	R\$ 824.812,24	7/7/2022
48500.001298/2019-89	-	Brasilmed Auditoria Médica	1º TA Contrato 11/2021	R\$ 827.915,44	7/7/2023
48500.001298/2019-89	-	Brasilmed Auditoria Médica	2º TA Contrato 11/2021	R\$ 919.660,62	7/7/2024
48500.001298/2019-89	-	Brasilmed Auditoria Médica	3º TA Contrato 11/2021	R\$ 997.768,58	7/7/2025

Atualmente a prestação dos serviços encontra-se sob escopo do Contrato nº 11/2021, em seu 4º Termo Aditivo, cuja vigência expira em 7/7/2026, conforme itens e valores a seguir:

Tabela 2: Serviços e valores previstos, por item – 4º TA ao Contrato nº 11/2021

ITEM	MODALIDADE	MÉTRICA DE AFERIÇÃO DO SERVIÇO	QUANT./ ANO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
ITEM 1 – Serviço de Assistência Médica Ambulatorial de Emergência e Urgência em Saúde - medicina do trabalho, Clínica médica e medicina psiquiátrica	Medicina do Trabalho	HST	844	235,45	198.719,80	500.717,08
	Medicina Psiquiátrica	HST	532	238,99	127.142,68	
	Clínica Médica	HST	740	236,29	174.854,60	
ITEM 2 - Serviços de Assistência Médica Ambulatorial de Emergência e Urgência em Saúde - serviços técnicos de enfermagem	Técnico em Enfermagem	Posto de serviço - (30h semanais)	2	6.209,43	149.026,32	149.026,32
ITEM 3 – Serviço de Assistência Psicossocial	Psicologia Clínica	HST	428	108,20	46.309,60	69.443,20
	Assistência Social	HST	324	71,40	23.133,60	
ITEM 4 – Serviço de Orientação Nutricional	Nutrição	HST	324	62,61	20.285,64	20.285,64
ITEM 5 – Serviço de Fisioterapia do Trabalho	Fisioterapia	HST	636	88,22	56.107,92	56.107,92
	Elaboração de Laudo Ergonômico do Ambiente do Trabalho - ANEEL	Unidade (1.112 postos de trabalho ocupados por colaboradores)	1	7.159,48	7.159,48	

ITEM 6 – Análise Ergonômica do Trabalho	Elaboração de Laudo Ergonômico do Ambiente do Trabalho - ANP	Unidade (211 postos de trabalho ocupados por colaboradores)	1	1.358,50	1.358,50	8.517,98
ITEM 7 – Serviço de realização de Exames Médicos Periódicos – coleta de material, realização de exames e avaliação médica - e outros exames		Exames diversos/unidade		-	-	274.411,72
Item 8 – Serviço de atendimento pré-hospitalar móvel, por meio de disponibilização de Ambulância UTI		KM	360	12,67	4.561,20	4.561,20
VALOR GLOBAL (VALOR TOTAL ANUAL DO GRUPO) - (R\$)						1.083.071,06

Com relação aos serviços contratados, cabe destacar que eventuais intercorrências, basicamente relativas à substituição de profissionais, foram solucionadas no âmbito da gestão contratual, não havendo fatos que desabonassem a conduta da prestadora de serviço ou exigissem intervenções mais relevantes. A nova contratação tem o fim de adequar e aperfeiçoar os serviços de assistência médica ambulatorial e os programas complementares de promoção à saúde e qualidade de vida oferecidos na Agência, à luz da experiência obtida com a execução contratual ao longo dos últimos anos.

4. Classificação - Sigilo - Lei 12.527/2011

De acordo com o disposto na LAI, não há necessidade de classificar partes ou o conteúdo integral dos documentos de planejamento desta contratação como sigilosos.

5. Descrição da necessidade

A Política Nacional de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal – PASS, é estruturada pelo Decreto nº 6.833/2009, que instituiu o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor. A partir de então, diversos instrumentos regulamentares passaram a traçar estratégias de atenção à saúde do servidor público federal a serem observadas pelas entidades que compõem o Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC.

As diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor que integram o conjunto de ações da PASS foram estabelecidas em 2013 pela Secretaria de Gestão Pública do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Portaria Normativa nº 3, de 25/3/2013. O Art. 6º do Normativo citado estabelece que a promoção à saúde do servidor federal deve focar na prevenção e educação para o bem-estar, buscando transformar o ambiente laboral em um espaço mais saudável através da melhoria contínua das condições de trabalho. O objetivo central é compreender e intervir nas causas do adoecimento (individuais e coletivas), humanizando as relações profissionais e elevando a qualidade de vida de forma integral.

A portaria também aborda premissas elencadas no art. 7º, a serem observadas para o desenvolvimento de ações de promoção à saúde, de prevenção de doenças, de melhoria da qualidade de vida no trabalho e de educação em saúde pelas unidades vinculadas ao SIPEC, em que podemos citar a multideterminação da saúde, ou seja, a sua compreensão como um fenômeno decorrente de diversos fatores de natureza biológica, psicológica e social.

O conceito de saúde sob o enfoque dado pela PASS está alinhado à perspectiva da Organização Mundial de Saúde – OMS, que tem como foco lidar com questões relativas à saúde global. Para a OMS, a saúde é considerada um estado normal de bem-estar físico, psicológico e social. Ao tratar da temática aplicada ao ambiente de trabalho, a organização aponta como os maiores desafios para a saúde do trabalhador atualmente e no futuro, os problemas de saúde ocupacional ligados, entre outras áreas, com as novas tecnologias de informação e automação. Nessa perspectiva, ressalta a saúde ocupacional como “uma importante estratégia não somente para garantir a saúde dos trabalhadores, mas também para contribuir positivamente para a produtividade, qualidade dos produtos, motivação e satisfação do trabalho e, portanto, para a melhoria geral na qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade como um todo.

Diante da multideterminação e complexidade do fenômeno, estudos reforçam a necessidade de conferir para ações que visem à promoção da saúde uma abordagem biopsicossocial, a qual requer uma atuação interdisciplinar com foco não só na perspectiva curativa, mas também, e em especial quando se trata de ambiente de trabalho, na preventiva.

No âmbito da ANEEL, em atendimento à legislação e em consonância com esses entendimentos, a Política de Bem-estar, publicada pela Portaria nº 6.919, de 27 de janeiro de 2025, será baseada na promoção da saúde integral, no desenvolvimento pessoal e profissional, nas práticas de gestão, nas ações de qualidade de vida no trabalho e na promoção de vivências de bem-estar para os servidores da Agência.

Tendo em vista o compartilhamento da estrutura física entre a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e a Agência Nacional de Petróleo – ANP, conforme Termo de Execução Descentralizada nº 1/2023-ANP-201.355, com vigência pelo período de 01/01/2023 a 31/12/2027, os custos decorrentes da administração do condomínio devem ser rateados entre as Agências. O citado documento prevê o rateio de despesas condominiais, tendo como principais serviços: a manutenção predial e de ar-condicionado; serviços de segurança, conservação e limpeza; prevenção de incêndio; água e esgoto; energia elétrica; taxa de limpeza; controle de acesso; e “gestão ambulatorial”. O respectivo TED prevê a divisão das despesas de forma proporcional conforme o critério de área de ocupação, retirado do sistema SPIUNET e ajustado na proporção de 70% ANEEL e 30% ANP.

Com base na Ata de Reunião de Condomínio realizada entre as signatárias em 4/9/2016 restou acordado que estão amparados nessas despesas os custos decorrentes da contratação do ambulatório médico para a prestação de serviços vinculados à saúde e à qualidade de vida do corpo técnico dessas instituições. Ainda segundo a mencionada Ata, tais despesas devem ser divididas na proporção das horas contratadas para cada Agência e nos serviços utilizados.

Na ANP, o funcionamento do Serviço de Medicina Ocupacional é regulamentado pela Portaria nº 315/2012 e seu objetivo é promover a saúde e a qualidade de vida dos servidores e demais colaboradores no local de trabalho. Contemplam o serviço as seguintes modalidades: assistência médica ambulatorial de urgência e emergência; realização de exames médicos periódicos; serviço social; orientação nutricional; ginástica laboral; e terapias alternativas.

Nos termos da Portaria Normativa nº 3/2013-SGP/ME (art. 18), compete aos órgãos e entidades no âmbito do SIPEC viabilizarem os meios e os recursos necessários para garantir a implantação e a implementação das ações de promoção da saúde. Considerando que a ANEEL e a ANP não dispõem de profissionais de saúde em seu quadro de pessoal, a prestação dos serviços de atenção à saúde do servidor deve ser realizada por meio da contratação de terceiros.

Importante salientar que o Serviço de Saúde Ocupacional na Agência faz parte da Política de Bem-estar da ANEEL, conforme a Portaria ANEEL nº 6919/2025, no que tange à dimensão bem-estar físico e emocional, a saber:

(...)

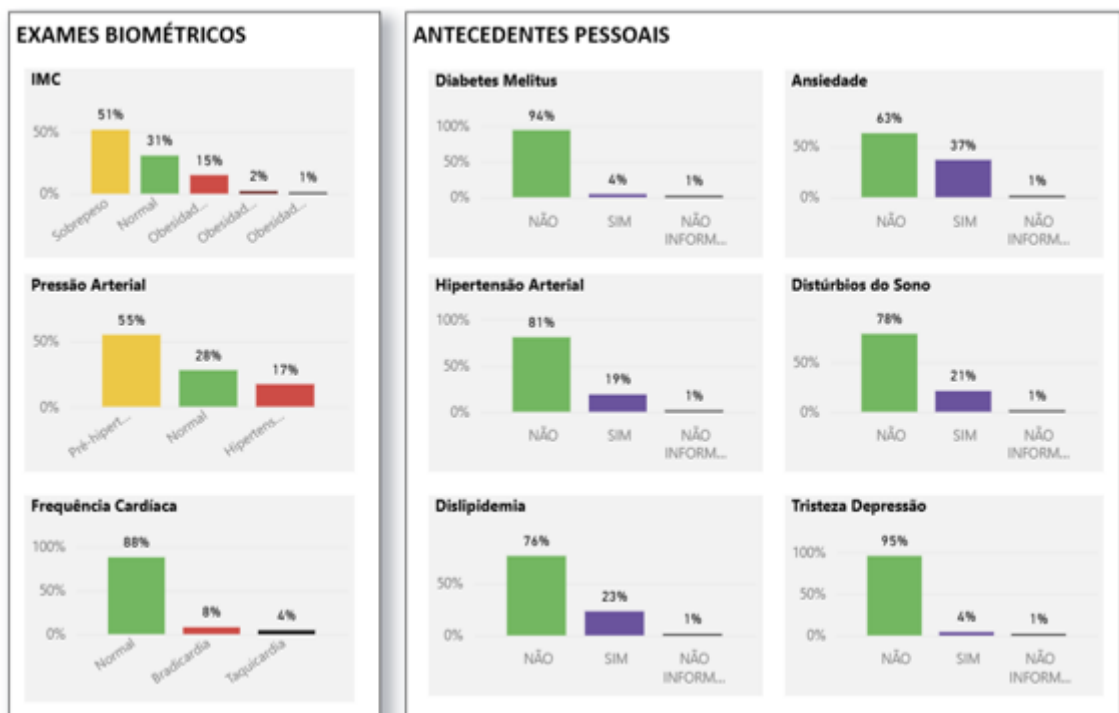
II. Bem-Estar Físico e Emocional – relacionada à saúde físico-biológica e emocional do indivíduo, estimulando a utilização da capacidade criativa, reconhecendo o saber e a criatividade e agindo de forma preventiva e/ou reativa. Os benefícios esperados são minimizar a ocorrência de afastamentos do servidor para tratamento da própria saúde, a incidência de doenças crônicas e prover suporte emocional ao servidor para um melhor desempenho de suas atribuições;

(...)

A fim de identificar áreas prioritárias para o desenvolvimento de ações de atenção à saúde na ANEEL, foi realizado o levantamento epidemiológico do Programa de Exames Médicos Periódicos da ANEEL no ano de 2024. Ressalta-se, entretanto, a limitação dessa análise quanto aos dados referentes ao tema ergonomia, ou seja, uma avaliação para aplicação de normas, como por exemplo a Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17) para adaptar o posto de trabalho, ferramentas e processos às características físicas e mentais do colaborador, considerando que com a mudança do modelo de gestão da administração pública federal pelo Decreto nº 11.072/2022, que dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da administração pública federal direta, autárquica e funcional, a maioria dos servidores da ANEEL encontra-se em trabalho híbrido e o questionário de avaliação do exame médico periódico não abarca as condições de iluminação e mobiliário em teletrabalho. Contudo, é importante observar que devido à característica do trabalho em computador e sua relação com doenças ocupacionais, é preciso a administração agir sempre de forma preventiva em relação a esse tema.

Quanto aos dados dos exames biométricos e os antecedentes pessoais, a Figura 1 mostra os principais resultados dos servidores que realizaram o exame médico periódico em 2024. Nesse ano 35% dos convocados concluíram o exame. O gráfico referente ao Índice de Massa Corporal - IMC mostra que apenas 31% dos servidores estão na faixa saudável de peso. Em relação à pressão arterial medida no dia da consulta médica, apenas 28% apresentaram níveis de pressão arterial dentro dos limites considerados normais. Esses parâmetros são fundamentais na prevenção de doenças crônicas e redução de morbidades preveníveis.

Figura 1: Informações de exames biométricos e antecedentes pessoais dos servidores que realizaram o Exame Médico Periódico em 2024.



Destaca-se que, em relação ao controle dos citados agravos, a Portaria Normativa SEGRT/MP nº 7/2016 nos seus artigos 5º e 6º, dispõe:

(...)

Art. 5º Sem prejuízo das premissas e princípios estabelecidos na Portaria Normativa SEGEP/MP nº 3, de 25 de março de 2013, que institui as diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal, devem ser observados os seguintes princípios:

I - abordagem preventiva e com base em dados oficiais de ocorrências de saúde e no resultado das avaliações das condições e da segurança dos ambientes e dos processos de trabalho;

II - incentivo à participação dos servidores em atividades que favoreçam a ampliação do conhecimento, o desenvolvimento de atitudes e de comportamentos individuais e coletivos no local de trabalho; e

III - ações transversais e intersetoriais a serem realizadas de forma contínua, integradas sob o acompanhamento de equipes multiprofissionais.

Art. 6º As ações de promoção da alimentação adequada e saudável nos ambientes de trabalho devem estar baseadas nas seguintes estratégias de implementação:

I - realização de avaliação da saúde dos servidores, por meio dos exames médicos periódicos e/ou outras intervenções de prevenção dos agravos e de promoção da saúde;

II - identificação dos fatores de riscos passíveis de serem modificados no ambiente e nos processos de trabalho;

III - definição de estratégias para o controle de peso dos servidores, com realização de atividades que estimulem o seu automonitoramento;

IV - disponibilização, no ambiente de trabalho, de espaços adequados para a realização de refeições saudáveis;

V - realização de ações de educação alimentar e nutricional, de modo a orientar as escolhas saudáveis;

VI - ampliação da conscientização, da corresponsabilidade, da autonomia e do protagonismo dos servidores para uma cultura de valorização da saúde; e

VII - fomento à disponibilização de salas de apoio à amamentação.

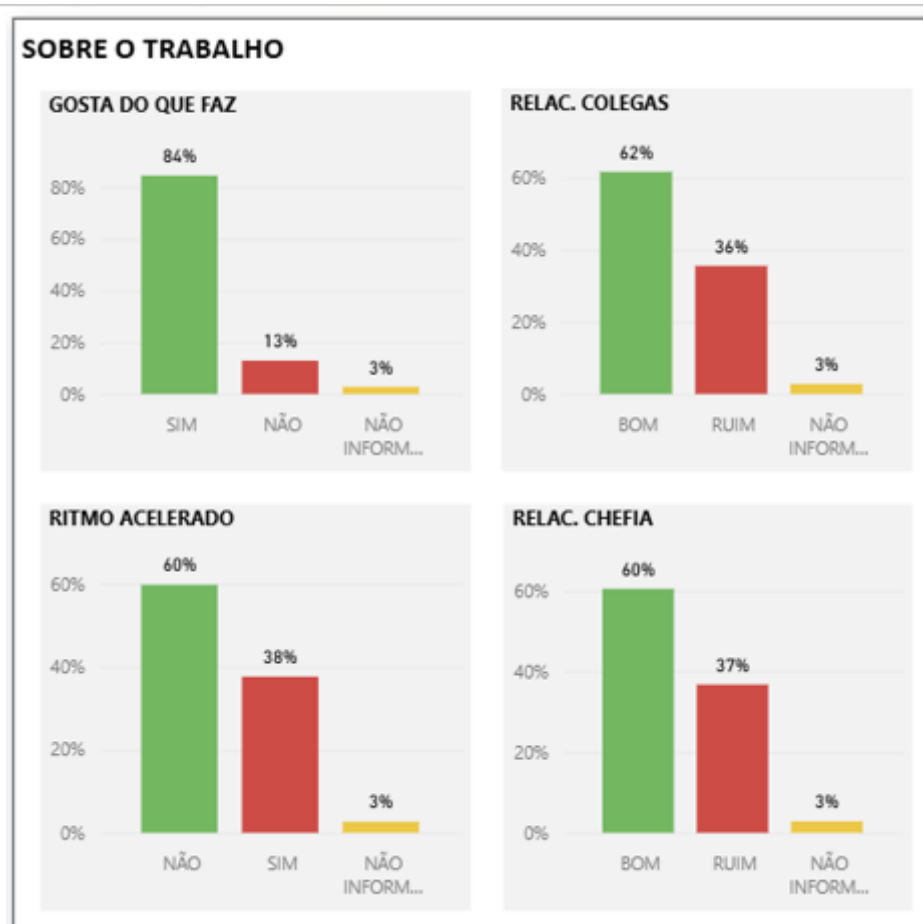
(...)

A Figura 1 também apresenta informações sobre antecedentes pessoais relatados pelos servidores. Os gráficos mostram que 37% dos servidores disseram sofrer com ansiedade e 21% com distúrbios do sono. Esse é um sinal de alerta, pois esses sintomas podem estar relacionados às condições de trabalho.

De forma a avaliar as relações de trabalho, o exame médico periódico questiona sobre o relacionamento com chefes e colegas e sobre a satisfação com a atividade laboral. A Figura 2 mostra o resultado dos gráficos para o ano de 2024.

Chama a atenção que 36% dos servidores relatam ter um relacionamento ruim com colegas e/ou chefia e 37% relatam estar em ritmo acelerado.

Figura 2: Informações relacionadas ao trabalho dos servidores que realizaram o Exame Médico Periódico em 2024.



Esse conjunto de informações demonstra uma necessidade urgente de ações de promoção à saúde e prevenção de doenças, que foquem na mudança de estilo de vida e na melhoria das condições de saúde mental no trabalho, visando principalmente à melhoria da organização do trabalho e do relacionamento interpessoal.

Nesse sentido, a Portaria nº 1.261/2010, da então Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, já sinalizava a necessidade de atenção a essas questões e, com esse foco, instituiu princípios, diretrizes e ações em saúde mental a serem adotados como referência por órgãos e entidades vinculados ao SIPEC. Conforme art. 2º, a prevenção a agravos deve estar incluída entre as ações de promoção à saúde do servidor, como uma forma de prevenir e evitar danos à saúde em decorrência de fatores comportamentais, do ambiente e/ou do processo de trabalho. Para tanto, elenca algumas ações de responsabilidade dos órgãos/entidades:

(...)

VII - detectar precocemente, acolher e monitorar o tratamento da pessoa com sofrimento psíquico;

(...)

XIII - disponibilizar espaços terapêuticos nos ambientes de trabalho quando as ações estiverem integradas à Política de Atenção à Saúde dos Servidores;

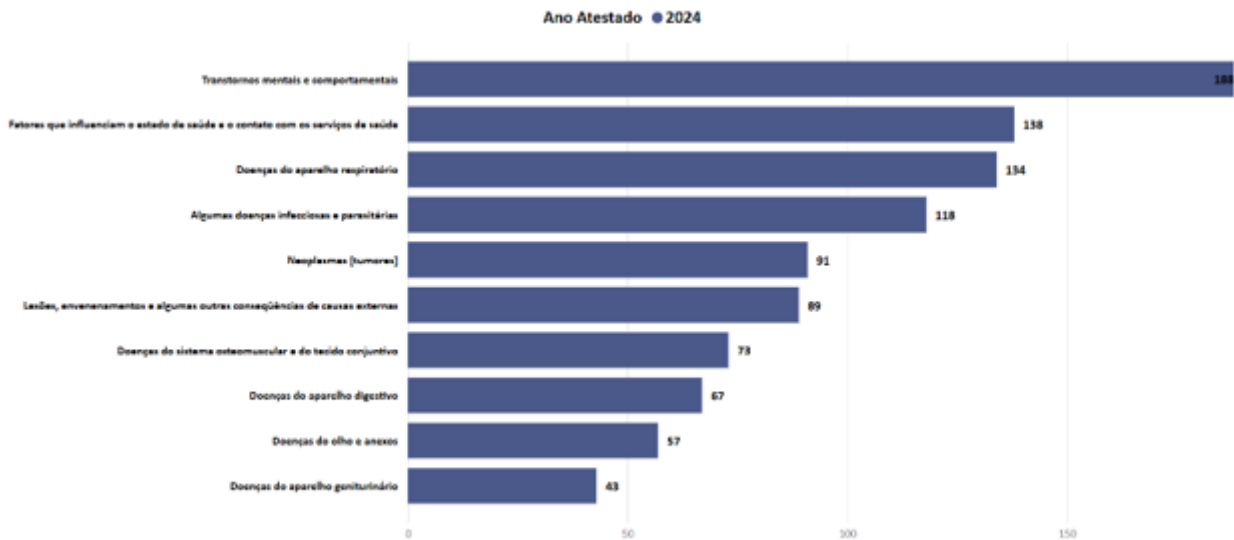
XIV - garantir a realização das atividades de promoção à saúde no horário de trabalho;

(...)

Com o objetivo de aprofundar a análise, foi realizado um levantamento acerca dos principais motivos de afastamento de servidores por razões de tratamento da própria saúde na ANEEL no ano de 2024. A Figura 3 apresenta os 10 grupos de CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) responsáveis pela maior quantidade de dias de afastamento na ANEEL em 2024. Observa-se que os transtornos mentais ocupam o primeiro lugar,

sendo responsáveis por 19% dos dias de afastamentos em 2024. O segundo lugar, relacionado a atestados de acompanhamento ou convalescência, representaram 14% do total de afastamentos, seguido por problemas respiratórios (13%).

Figura 3: Lista dos 10 primeiros grupos de CID por ordem decrescente de quantidade de dias de afastamento dos servidores da ANEEL no ano de 2024.



Observa-se, portanto, a necessidade de constante vigilância e o aprimoramento das práticas de saúde com vistas à manutenção do bem-estar dos servidores e de todos os profissionais que atuam na Agência. Para tal, a ANEEL dispõe de uma Política de Bem-Estar estruturada em três dimensões: I- Bem-Estar Profissional – relacionada à satisfação com o trabalho e aprimoramento da carreira; II - Bem-Estar Físico e Emocional – relacionada à saúde psicobiológica e emocional do indivíduo, estimulando a utilização da capacidade criativa, reconhecendo o saber e a criatividade, agindo de forma preventiva e/ou reativa; e III - Bem-Estar Comunitário, Filosófico e Socioambiental – relacionada ao aprimoramento das relações interpessoais, integração comunitária na Agência e com o entorno social, estimulando o debate das questões mais profundas do indivíduo e da sociedade.

Portanto, a política tem por objetivo promover a atenção à saúde do servidor por meio do acompanhamento de servidores e de grupos específicos que desejam ter uma vida mais saudável, atuando de forma reativa e preventiva, promovendo orientação, aconselhamento, campanhas e palestras em assuntos de saúde e bem-estar, bem como pela realização do exame médico periódico.

Nesse contexto, torna-se necessária a continuidade da disponibilização de serviços especializados de saúde ocupacional e assistência ambulatorial no âmbito do Complexo ANEEL/ANP, de modo a viabilizar a implementação das ações previstas na Política de Bem-Estar da Agência e assegurar a adequada atenção à saúde dos servidores e colaboradores.

Considerando a experiência adquirida pela Administração Pública Federal nos últimos anos, bem como a consolidação de modelos híbridos de trabalho no âmbito da ANEEL, avaliou-se a pertinência do uso do teleatendimento como modalidade complementar à prestação presencial dos serviços de saúde ocupacional, especialmente para atividades de orientação, acolhimento e acompanhamento em saúde, sem prejuízo do atendimento presencial sempre que este se fizer necessário.

A análise da necessidade também considerou a importância de que a solução contratada disponha de flexibilidade operacional suficiente para responder a demandas extraordinárias de caráter coletivo ou institucional relacionadas à prevenção e à proteção da saúde, especialmente em situações excepcionais que exijam resposta rápida, sem comprometer a continuidade dos serviços essenciais à Administração.

Entendemos que com as justificativas acima expostas foram cumpridas as formalidades trazidas no artigo 3º do Decreto nº 8.540/2015, bem como no artigo 18, § 1º, I da Lei nº 14.133/2021.

6. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS/SGP	Rodrigo Fernandes Braga Coelho - Superintendente de Gestão de Pessoas - SIAPE nº 1873211

7. Descrição dos Requisitos da Contratação

- Subcontratação

Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual, nas condições especificadas no Termo de Referência ou no Contrato, no que tange aos serviços realizados por demanda, a saber, consultoria psiquiátrica, exames médicos periódicos (coleta e exames) e serviço de ambulância, nos termos do artigo 122 da Lei nº 14.133/2021.

- Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual.

- Modo de prestação dos serviços:

Considerando que as necessidades da ANEEL são permanentes, a prestação dos serviços será contínua, nos termos previstos pela Lei nº 14.133/2021, art. 6º, XV.

- O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, prorrogável por até 10 anos, nos termos previstos pela Lei nº 14.133/2021, artigos 106 e 107.

Justificativa: Trata-se de serviço continuado destinado a garantir a prestação de uma demanda que tem se mostrado essencial na Agência, por cuidar da saúde e do bem-estar do corpo funcional do órgão, cuja interrupção poderia trazer graves prejuízos aos usuários e à instituição, na medida em que pode resultar em maior número de afastamentos na força de trabalho por questões de saúde.

Adicionalmente, a manutenção da prestação contínua do serviço proporciona maior estabilidade na execução contratual e reduz custos administrativos decorrentes da realização de novas licitações, evitando eventuais hiatos na prestação do serviço e custos de transição entre contratos.

- **Nos termos do inciso I do art. 106 da Lei nº 14.133/2021**, a contratação com vigência plurianual revela-se **mais vantajosa sob o aspecto econômico para a Administração**, considerando-se a análise do horizonte contratual, a previsibilidade orçamentária e a diluição de custos operacionais ao longo do período de execução. Tal vantajosidade econômica será **formal e expressamente atestada pelo Superintendente de Gestão de Pessoas**, enquanto autoridade competente no âmbito da ANEEL, **mediante a assinatura do Termo de Referência**, o qual consolida os elementos técnicos, econômicos e jurídicos que fundamentam a escolha da solução adotada, bem como eventuais prorrogações estão condicionadas à permanência dessa vantajosidade.

- Será admitida a participação de consórcios na presente contratação, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.
- Será admitida a participação de cooperativas, desde que atendidos os requisitos da legislação aplicável e demonstrada a compatibilidade do modelo cooperativo com o objeto da contratação e com a forma de execução dos serviços.
- A presente contratação abrange somente os serviços passíveis de execução indireta, nos termos do art. 9º da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017 e do art. 48 da Lei nº 14.133/2021.

- Considerando o valor estimado da contratação e a natureza do objeto, o procedimento licitatório não será destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, assegurando-se, contudo, o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável.
- Para a presente contratação, não há catálogo eletrônico de padronização aplicável, nos termos da Portaria SEGES/ME nº 938/2022.
- Não se aplica à presente contratação o disposto no art. 47, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a inexistência de padronização específica para os serviços objeto da contratação.

- Amostra, exame de conformidade e prova de conceito: Não se aplica.
- Carta de Solidariedade: Não se aplica

- Leis ou regulamentações específicas.

- Decreto nº 6.833/2009 – Institui o SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor).
- Decreto nº 6.856/2009 – Regulamenta os exames médicos periódicos.
- Portaria Normativa nº 04/2009 – Orienta a aplicação do Decreto nº 6.856/2009 (exames periódicos).
- Portaria SGP/MPOG nº 1.261/2010 – Diretrizes de saúde mental do servidor.
- Portaria Normativa MPOG nº 03/2010 – Norma Operacional de Saúde do Servidor – NOSS.
- Portaria Normativa SGP/MPOG nº 3/2013 – Diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor.
- Portaria Normativa SEGRT/MP nº 7/2016 – Promoção de alimentação adequada e saudável nos ambientes de trabalho.
- Resolução CFM nº 1.971/2011 – Regras para cadastro e funcionamento de serviços médicos.
- Resolução COFEN nº 721/2023 – Registro e normas técnicas aplicáveis aos serviços realizados por enfermeiros(as).
- Resolução COFFITO nº 09/1978 – Registro de empresas nos Conselhos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
- Resolução CFN nº 378/2005 – Registro de empresas nos Conselhos de Nutrição.
- Resolução CFP nº 16/2019 – Regras para registro de serviços de psicologia.
- Lei nº 14.434/2022 – Piso Nacional da Enfermagem (enfermeiros, técnicos e auxiliares que atuam no ambulatório).
- Portaria ANP nº 315/2012 – Regras gerais para funcionamento de Serviço de Medicina Ocupacional.
- Portaria ANEEL nº 6919/2025 – Política de Bem-Estar (aplicável caso o ambulatório integre ações de saúde ocupacional).
- Termo de Execução Descentralizada – TED 001/2023 (ANP–ANEEL) – Quando envolver rateio de despesas ou cooperação em serviços de saúde ocupacional.

- Requisitos de capacidade técnica:

Com o objetivo de atender à legislação pertinente e estabelecer critérios para aferição da aptidão das empresas participantes no certame licitatório para a adequada prestação dos serviços, consideradas as características do objeto, seus quantitativos e demais condicionantes, nos termos dos arts. 67 a 70 da Lei nº 14.133/2021, propõe-se como requisitos para a contratação que a empresa apresente as comprovações listadas a seguir:

- a. Atestado(s) de Capacidade Técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando a prestação de serviços de gestão de serviço e saúde ocupacional, por pelo menos 12 meses, em instituição com mais de 200 funcionários, com a disponibilização dos seguintes serviços:
 - i. Medicina do Trabalho; e
 - ii. pelo menos um dos seguintes serviços: assistência psicossocial, orientação nutricional ou fisioterapia.
- b. Registro/cadastro no Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal - CRM/DF, nos termos das Lei nº 6.839 /1980 e Resolução CFM nº 1.980/2011.

Os demais conselhos regionais das especialidades de serviços exigem o registro apenas para as empresas que prestam os respectivos serviços como atividade principal. Dessa forma, considerando que o objeto principal da CONTRATADA não diz respeito aos serviços específicos dos demais conselhos, entendemos que não é uma exigência necessária.

- c. Indicação como Responsável Técnico de profissional Médico com registro no Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal – CRM/DF, para fins de coordenação e acompanhamento do serviço de saúde ocupacional.

Importante salientar que os requisitos elaborados não restringem a competitividade, sendo os mínimos necessários para garantir a prestação adequada do serviço.

Para efeito de indicação da equipe técnica, esta poderá ser realizada quando da assinatura do contrato, nas condições especificadas no Termo de Referência, segundo os seguintes procedimentos:

- Indicação de equipe técnica acompanhada dos respectivos registros nos órgãos competentes, bem como dos comprovantes da qualificação e da experiência requerida, dos profissionais indicados para a prestação dos serviços em cada modalidade:
 - registros profissionais no Conselho Regional de Medicina (CRM) de cada profissional que desempenhará as atividades médicas: (i) especialista em Medicina do Trabalho; (ii) especialista em Clínica Médica; (iii) especialista em Psiquiatria;
 - registro profissional no Conselho Regional de Psicologia (CRP) para o profissional com nível superior em Psicologia;
 - registro profissional no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) para o profissional com nível superior em Nutrição;
 - registro profissional no Conselho Regional de Fisioterapia (CREFITO) para o profissional com nível superior em Fisioterapia;
 - registro profissional no Conselho Regional de Enfermagem (COREN) do profissional de enfermagem do trabalho.
- Requisitos de sustentabilidade
 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
 - proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT;
 - boas práticas para o processamento de produtos de saúde (Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15 /2012 – Anvisa);
 - destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde (Resolução n. 358/2005 – CONAMA e Resolução da Diretoria Colegiada RDC 222/2018 – ANVISA);
 - utilização de produtos de acordo com as diretrizes da Anvisa e Inmetro, se existentes;
 - recolhimento, transporte e destino correto de lixo hospitalar.
- Garantia da contratação
 - Será exigida a garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, cujas regras estarão previstas no Termo de Referência ou no Contrato.

8. Levantamento de Mercado

Para atuar na redução dos problemas apresentados, entende-se fundamental prever a contratação de serviços de prevenção (ergonomia e Exames Médicos Periódicos) bem como a contratação de mão de obra especializada para a

condução de ações que promovam mudança de estilo de vida e saúde mental e auxiliam as lideranças e a SGP no cumprimento da legislação de saúde ocupacional.

Dessa forma, e consoante disposições da Lei nº 14.133/2021, emerge a necessidade de realização de procedimentos licitatórios pela ANEEL, em parceria com a ANP, para a contratação de empresa especializada em gestão de saúde ocupacional com vistas à prestação de serviços de promoção à saúde e prevenção de doenças para o quadro de pessoal de ambas as Agências.

- Soluções existentes no mercado

Id	Descrição da solução
1	Prover os serviços de saúde ocupacional por meio de contratos diversos.
2	Prover os serviços de saúde ocupacional por meio de contrato único com disponibilização de equipe técnica por empresa especializada para gestão de serviços de saúde ocupacional e Exames Médicos Periódicos – EMP.
3	Prover, por meio de contrato único, os serviços de gestão de saúde ocupacional; e os Exames Médicos Periódicos - EMP por meio de convênio com entidades sem fins lucrativos.

- Análise comparativa das soluções

Quesito	Solução 1	Solução 2	Solução 3
Classificação dos bens e/ou serviços componentes.	Bens e/ou serviços comuns, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.	Bens e/ou serviços comuns, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.	Bens e/ou serviços comuns, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Quesito	Solução 1	Solução 2	Solução 3
Necessidade de audiência ou consulta pública para especificação dos requisitos	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.
Atendimento a políticas, modelos e padrões de governo			Atende à Lei nº 14.133 /2021 e às normas aplicáveis, incluindo

	Atende à Lei nº 14.133 /2021 e às normas e padrões de contratação pública federal.	Atende à Lei nº 14.133 /2021 e às normas e padrões de contratação pública federal.	instrumentos de cooperação.
Parcelamento dos serviços	Gestão de vários contratos com faturamento mensal e anual.	Gestão de 1 contrato com faturamento mensal.	Gestão de 1 contrato com faturamento mensal; e 1 Convênio para EMP.
Parcelamento dos serviços	Gestão de vários contratos com faturamento mensal e anual.	Gestão de 1 contrato com faturamento mensal.	Gestão de 1 contrato com faturamento mensal; e 1 Convênio para EMP.

Quesito	Solução 1	Solução 2	Solução 3
Mercado fornecedor	Mercado abrangente, limitado apenas para EMP, devido a capilaridade com número pequeno de servidores por localidade. EMP restrito a Brasília.	Mercado abrangente, limitado apenas para EMP, devido a capilaridade com número pequeno de servidores por localidade. EMP restrito a Brasília.	Convênio limitado a planos de saúde sem fins lucrativos que fornecem o serviço de EMP nas capitais do país. Para os demais serviços por contrato o mercado é abrangente.

Quesito	Solução 1	Solução 2	Solução 3
Formas de contratação pela Administração Pública	Licitação, por pregão.	Licitação, por pregão.	Licitação, por pregão. Conjugado com Convênio

Requisito	Solução 1	Solução 2	Solução N
Possibilidade de adesão ou de participação em ata de registro de outro órgão	Não se aplica, pois as características da	Não se aplica, pois as características da	Não se aplica, pois as características da

	demanda não ensejam a contratação por meio de registro de preços.	demanda não ensejam a contratação por meio de registro de preços.	demanda não ensejam a contratação por meio de registro de preços.
--	-------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------

Quesito	Solução 1	Solução 2	Solução 3
Vantagens tecnológicas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Impactos quanto à sustentabilidade	Sem diferença relevante entre as soluções.	Sem diferença relevante entre as soluções.	Sem diferença relevante entre as soluções.
Impactos no ambiente organizacional	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Impactos na gestão e fiscalização contratual	Alto. A existência de múltiplos contratos aumenta a complexidade da gestão contratual, demandando maior alocação de servidores para acompanhamento, fiscalização e controle, com possível aumento de custos administrativos.	Baixo. A contratação por meio de contrato único permite gestão integrada das atividades, reduzindo a necessidade de acompanhamento de múltiplos instrumentos contratuais e diminuindo os custos administrativos de gestão e fiscalização.	Médio. A contratação parcial conjunta melhora a gestão e o convênio para EMP possibilita a redução dos custos com licitação e contratação. No entanto, aumenta a necessidade de servidores para a gestão do contrato e do convênio.

Quesito	Solução 1	Solução 2	Solução 3
Volume de recursos financeiros estimados para aquisição e/ou contratação	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de Serviço de Saúde Ocupacional: R\$ 472.306,93 Exames Médicos Periódicos (EMP): R\$ 360.481,27 Total estimado: R\$ 832.788,20 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de Serviço de Saúde Ocupacional e EMP integrados: R\$ 860.185,30 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de Serviço de Saúde Ocupacional: R\$ 472.306,93 EMP por convênio: GEAP: R\$ 268.924,35 ASSEFAZ: R\$ 315.604,19 Total estimado: • Com GEAP: R\$ 741.231,28 • Com ASSEFAZ: R\$ 787.911,12

Os valores apresentados correspondem a estimativas referenciais elaboradas com base no contrato vigente, em pesquisas de mercado e em estimativas obtidas junto a entidades conveniadas, possuindo caráter meramente comparativo para fins de análise das soluções.

- Solução escolhida

- [...] Após a análise comparativa das alternativas apresentadas, verificou-se que a **Solução 2 – contratação por meio de contrato único para a prestação integrada dos serviços de gestão de saúde ocupacional e realização dos Exames Médicos Periódicos - EMP** – mostra-se a mais adequada para atender às necessidades da ANEEL e da ANP.
 - Justificativa: A Solução 2 foi selecionada por apresentar maior eficiência administrativa e operacional, ao viabilizar a prestação integrada dos serviços de saúde ocupacional por meio de um único instrumento contratual, favorecendo a coordenação das ações de promoção da saúde e prevenção de agravos no ambiente de trabalho.
 - Em comparação à Solução 1, que prevê a contratação por meio de múltiplos instrumentos contratuais, a Solução 2 reduz significativamente a complexidade da gestão e fiscalização, ao eliminar a necessidade de acompanhamento simultâneo de diversos contratos, o que implica menor custo administrativo e maior eficiência na execução contratual.
 - Por sua vez, em relação à Solução 3, embora esta também contemple parte dos serviços de forma integrada, sua estrutura envolve a combinação de contrato administrativo com convênio para a realização dos Exames Médicos Periódicos - EMP, o que introduz maior complexidade operacional, com necessidade de gestão de instrumentos distintos, além de potencial aumento do risco de descontinuidade ou desalinhamento na execução dos serviços.
 - Adicionalmente, a Solução 3 apresenta restrições quanto ao mercado fornecedor para os EMP, em razão da necessidade de celebração de convênio com entidades sem fins lucrativos, o que reduz o universo de potenciais prestadores e pode impactar a competitividade da contratação.
 - Vale ressaltar ainda que, embora a Solução 3 possa apresentar custos diretos inferiores em relação à realização dos EMP, tal modelo implica maior complexidade na gestão e fiscalização contratual.
 - Tal característica pode resultar em aumento de custos administrativos indiretos, maior esforço operacional das equipes envolvidas e riscos associados à coordenação e à continuidade dos serviços, especialmente no que se refere ao alinhamento entre os diferentes instrumentos jurídicos utilizados.
 - Dessa forma, ainda que a Solução 3 apresente eventual economicidade inicial, tal vantagem não supera os ganhos operacionais proporcionados pela Solução 2, que assegura maior simplicidade, integração e eficiência na execução dos serviços, evidenciando melhor aderência aos princípios da eficiência e economicidade, e constituindo-se como a alternativa mais adequada para o atendimento das necessidades institucionais da ANEEL e da ANP.
 - A opção pela solução integrada também considera a adoção de mecanismos objetivos de acompanhamento e avaliação da execução contratual, com foco nos resultados efetivamente entregues, de forma a assegurar a qualidade dos serviços prestados, a adequada gestão do contrato e a vinculação do pagamento ao desempenho, nos termos da legislação aplicável.
- De acordo com a necessidade da ANEEL e as características dos bens e/ou serviços que compõem a solução escolhida (2), mantendo no escopo os exames médicos periódicos, a contratação deverá ser efetuada por meio de licitação, na modalidade pregão.

9. Descrição da solução como um todo

Os serviços de saúde ocupacional a serem contratados terão vigência de 12 meses e estão descritos no Quadro 1. A solução proposta contempla, além da prestação direta de serviços assistenciais e preventivos, conforme ITENS 1 a 10, a

produção de informações consolidadas e estruturadas, aptas a subsidiar a gestão da saúde ocupacional, o planejamento institucional e a tomada de decisão administrativa, observados os requisitos de sigilo, confidencialidade e proteção de dados pessoais previstos na legislação vigente.

A solução também abrange a necessidade de organização, registro e guarda das informações clínicas geradas a partir dos atendimentos realizados no âmbito do ambulatório, de forma sistematizada, segura e em conformidade com as exigências éticas e legais aplicáveis às atividades de saúde. Nesse contexto, avaliou-se como adequada a utilização de prontuário clínico em meio eletrônico, mantido sob responsabilidade da contratada, com o objetivo de assegurar a rastreabilidade dos atendimentos, a continuidade do cuidado, o sigilo das informações e o adequado suporte às atividades de gestão e fiscalização do contrato, em conformidade com a legislação vigente, em especial as normas sanitárias, profissionais e de proteção de dados pessoais.

Quadro 1 – Relação de itens referentes aos serviços:

ITEM 1 – Serviços de saúde ocupacional – Medicina do Trabalho

ITEM 2 – Serviços de saúde ocupacional – Clínica Médica

ITEM 3 – Serviços de saúde ocupacional – Enfermagem do Trabalho

ITEM 4 – Serviços de saúde ocupacional – Psicologia

ITEM 5 – Serviços de saúde ocupacional – Nutrição Clínica

ITEM 6 – Serviços de saúde ocupacional – Fisioterapia

ITEM 7 – Serviço de apoio à fiscalização de contrato – Nutrição de Produção

ITEM 8 – Consultoria de Psiquiatria – Psiquiatria

ITEM 9 – Serviço de realização de Exames Médicos Periódicos – coleta de material e realização de exames

ITEM 10 - Serviço de atendimento pré-hospitalar móvel, por meio de disponibilização de Ambulância UTI

A prestação dos serviços para os itens 1 a 6 deverá atender **a demanda contínua** da ANEEL e da ANP, tendo em vista as especificações descritas neste ETP e no Termo de Referência, com contratação por postos de trabalho. Os serviços referentes aos itens 7 a 10 serão **prestados por demanda**, conforme solicitação efetuada pela CONTRATANTE, diante de sua eventual necessidade.

Eventuais certificações relacionadas a metodologias, ferramentas ou instrumentos específicos utilizados pela CONTRATANTE constituem aspectos operacionais da execução contratual e serão tratadas no Termo de Referência.

Toda a equipe de profissionais de saúde deverá realizar assessoramento à CONTRATANTE, sempre que for solicitado, para auxílio técnico em questões de saúde dos servidores e colaboradores.

A CONTRATADA deverá elaborar protocolos de rotina a serem seguidos pela equipe de atendimento, conforme legislação.

A CONTRATADA deverá indicar como responsável técnico pelos serviços o Médico do Trabalho para fins de coordenação técnica e acompanhamento do serviço de saúde ocupacional. E como preposto da empresa, o Enfermeiro do Trabalho.

Todos os dados relativos aos exames médicos periódicos deverão ser inseridos no sistema governamental SIAPEnet. O acesso dos profissionais ao sistema é individual por meio de certificação digital, utilizando de recurso tecnológico confiável (Token) e submetido ao sistema de segurança do SERPRO.

É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a aquisição da certificação digital dos médicos, especialmente do Médico do Trabalho, responsável técnico, que utilizará o SIAPEnet, conforme a Portaria SRH/MPOG nº 783/2011, perante instituições certificadoras como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Correios, Serpro, entre outras.

Cabe à CONTRATANTE fornecer treinamento para os profissionais da CONTRATADA que utilizarão o SIAPE - Saúde que será disponibilizado a partir da assinatura do contrato.

A CONTRATADA deverá indicar quadro mínimo de profissionais para suprir as demandas de atendimento, com as qualificações, atribuições e cargas horárias indicadas nos tópicos em sequência.

Para os profissionais indicados para a prestação dos serviços será exigida experiência profissional compatível com as atribuições a serem desempenhadas, observada a complexidade de cada função, conforme detalhamento no Termo de Referência. Destacamos que é uma exigência compatível com as atribuições e responsabilidades assumidas pela equipe e se justifica pela necessidade de atuação na profissão após a graduação ou especialização para que a prática profissional permita o desenvolvimento das habilidades técnicas e sociais aprendidas teoricamente durante a formação.

Para as especialidades em que seja exigida residência médica ou Registro de Qualificação de Especialista (RQE), a comprovação de conclusão ou titulação poderá ser apresentada em até 6 meses da sua indicação pela CONTRATADA, desde que seja apresentada declaração do curso em andamento emitida há no máximo 30 dias da data de indicação.

A CONTRATADA deverá comprovar, em até 6 meses após a indicação inicial na assinatura do contrato, e sempre em que for necessária a substituição do empregado, que os profissionais indicados para a prestação de serviços de psicologia possuam Certificação para Avaliação de Perfil Comportamental DISC, emitido pela empresa Etalent Editora e Educação Profissional e Gerencial LTDA ou outra certificadora similar.

A certificação é necessária para realização de entrevistas devolutivas da avaliação disponibilizada pela ANEEL. A Agência tem contrato para aplicação da ferramenta utilizando-se esta metodologia, o que justifica a necessidade de certificação específica.

A substituição de qualquer profissional, em qualquer fase da execução dos serviços, somente poderá ser efetivada depois da aprovação, pela fiscalização do contrato, do nome proposto pela CONTRATADA, devendo o substituto atender aos requisitos e às qualificações exigidas.

A solicitação de substituição definitiva dos profissionais deve ser submetida à fiscalização do contrato, para aprovação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis. Quando se tratar de substituição eventual ou temporária, a comunicação para aprovação deve ser feita com antecedência de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas.

A CONTRATANTE se reserva o direito de reavaliar as necessidades do serviço de saúde ocupacional, de acordo com as necessidades da Agência e disponibilidade orçamentária, observadas as previsões legais e as especificações do Termo de Referência e do contrato.

O presente Estudo Técnico Preliminar estabelece os requisitos profissionais mínimos indispensáveis à contratação, cabendo ao Termo de Referência o detalhamento das atribuições, rotinas e formas de execução dos serviços.

O quadro em sequência apresenta, por tipo de serviço/ITEM do objeto, o quantitativo mínimo, os requisitos específicos e as atividades a serem desempenhadas pelos empregados disponibilizados para a prestação de serviços.

Quadro 2 – Requisitos de cada item do objeto.

Item 1 - Serviços de saúde ocupacional - Medicina do Trabalho

Posto de Trabalho: 8 horas semanais

Profissionais e requisitos:

- 1 (um) **Médico do Trabalho**: registro no Conselho Regional de Medicina – CRM, com residência médica ou pós-graduação *lato sensu* em Medicina do Trabalho; e experiência mínima de 2 (dois) anos como médico comprovada.

Para a residência médica, a comprovação de conclusão ou titulação poderá ser apresentada em até 6 meses da sua indicação pela CONTRATADA, desde que seja apresentada declaração do curso em andamento emitida há no máximo 30 dias da indicação.

Atribuições de Medicina do Trabalho

- a. Ser responsável técnico pela atuação da equipe multiprofissional.
- b. Coordenar a elaboração e implementação de projetos, protocolos e políticas de segurança e saúde do trabalhador.
- c. Realizar orientações e promover a conscientização sobre medidas de promoção da saúde e prevenção de acidentes e doenças, relacionados ou não ao trabalho, para melhoria das condições gerais de saúde.
- d. Realizar avaliação dos exames médicos periódicos e emitir o Atestado de Saúde Ocupacional via Sistema do Governo Federal indicado pela CONTRATANTE.
 - a. É obrigatória a emissão do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), em duas vias, pelo médico examinador, por meio do SIAPE - Saúde. O ASO deverá ser assinado em todas as vias pelo médico do trabalho e pelo servidor avaliado.
- e. Acompanhar dos casos de adoecimento, retorno ao trabalho e readaptação das funções laborais.
- f. Assessorar a equipe de gestão de pessoas no que tange à saúde do trabalhador.
- g. Participar das comissões obrigatórias institucionais, contribuindo com conhecimentos técnicos, discutindo propostas e auxiliando na implementação de ações preventivas e corretivas.
- h. Prestar serviço de pronto-atendimento e atendimentos de emergência e de urgência.
- i. Prestar atendimento individual para orientação, avaliação e triagem.
- j. Participar em ações de qualidade de vida que promovam a melhoria do ambiente organizacional e a mobilização da organização quanto à prática de vida mais saudável, tais como:
 - a. participação em campanhas internas de prevenção ou programas específicos de saúde;
 - b. realização de palestras voltadas para na prevenção da saúde e bem-estar biopsicossocial;
 - c. participação em grupos de educação em saúde voltados para a promoção de hábitos de vida saudáveis.
- k. Registrar adequadamente informações médicas (prontuários, formulários, pedidos de exames, encaminhamentos, relatórios e laudos) com clareza e respeito aos princípios éticos.
- l. Executar outras atividades previstas na legislação vigente para o exercício profissional de Médico do Trabalho.

Item 2 - Serviços de saúde ocupacional – Clínica Médica

Posto de Trabalho: 8 horas semanais

Profissionais e requisitos

- 1 (um) **Médico Clínico**: registro no Conselho Regional de Medicina – CRM, com pós-graduação *lato sensu*, ou residência em Clínica Médica, Saúde da Família e Comunidade ou outras especializações correlatas; e experiência profissional mínima de 2 (dois) anos em medicina.

Para a residência, a comprovação de conclusão ou titulação poderá ser apresentada em até 6 meses da sua indicação pela CONTRATADA, desde que seja apresentada declaração do curso em andamento emitida há no máximo 30 dias da indicação.

Atribuições de Clínica Médica

- a. Prestar serviço de pronto-atendimento e atendimentos de emergência e de urgência.
- b. Prestar atendimento individual para orientação, avaliação e triagem.
- c. Participar em ações de qualidade de vida que promovam a melhoria do ambiente organizacional e a mobilização da organização quanto à prática de vida mais saudável, tais como:
 - a. participação em campanhas internas de prevenção ou programas específicos de saúde;
 - b. realização de palestras voltadas para na prevenção da saúde e bem-estar biopsicossocial;
 - c. participação em grupos de educação em saúde voltados para a promoção de hábitos de vida saudáveis.
- d. Realizar, a pedido da CONTRATANTE, visita hospitalar ou domiciliar.
- e. Registrar adequadamente informações médicas (prontuários, formulários, pedidos de exames, encaminhamentos, relatórios e laudos) com clareza e respeito aos princípios éticos.
- f. Realizar orientações e promover a conscientização sobre medidas de promoção da saúde e prevenção de acidentes e doenças, relacionados ou não ao trabalho, para melhoria das condições gerais de saúde.
- g. Executar outras atividades previstas na legislação vigente para o exercício profissional.

Item 3 - Serviços de saúde ocupacional - Enfermagem do Trabalho

Posto de Trabalho: 30 horas semanais

Profissionais e requisitos

- 1 (um) **Enfermeiro do Trabalho**: registro no Conselho Regional de Enfermagem – COREN, especialização em Enfermagem do Trabalho; e experiência profissional mínima de 2 (dois) anos em enfermagem.

Para a especialização, a comprovação de conclusão poderá ser apresentada em até 6 meses da sua indicação pela CONTRATADA, desde que seja apresentada declaração do curso em andamento emitida há no máximo 30 dias da indicação.

Atribuições de Enfermagem

- a. Realizar consulta de enfermagem, por meio da condução de anamnese, exame físico e análise de exames complementares, a fim de avaliar as condições de saúde dos colaboradores.
- b. Atender a emergências e acidentes de trabalho prestando primeiros socorros, fornecendo orientações, estabilizando o paciente e encaminhando-o para atendimento médico especializado quando necessário.
- c. Realizar visitas técnicas nas unidades, observando diretamente os ambientes de trabalho, aplicando *checklists*, dialogando com os colaboradores e analisando processos, com o objetivo de identificar riscos ocupacionais.
- d. Realizar treinamentos, orientações e palestras, por meio do planejamento e execução de ações educativas sobre temas como prevenção de acidentes, uso de EPIs e promoção da saúde, utilizando métodos interativos e didáticos.
- e. Acompanhar casos de readaptação profissional avaliando as condições de saúde dos colaboradores, sugerindo ajustes nas funções e monitorando a evolução, em conjunto com a equipe de Medicina do Trabalho.

- f. Colaborar na elaboração e análise de relatórios de saúde ocupacional compilando dados, avaliando resultados e propondo melhorias, a fim de garantir a eficácia do programa e a saúde dos colaboradores.
- g. Elaborar projetos, documentos, POPs, manuais e emitir pareceres técnicos, com base em normas técnicas, legislação vigente e boas práticas, a fim de garantir a padronização e a qualidade dos processos.
- h. Acompanhar as rotinas de atendimento médico, colaborando com a equipe na execução de exames, projetos de saúde e ações preventivas.
- i. Manter registros e documentações atualizadas preenchendo prontuários, relatórios e laudos de forma clara e organizada, garantindo a conformidade com as normas legais e a disponibilidade das informações quando necessário.
- j. Participar das comissões obrigatórias institucionais, contribuindo com conhecimentos técnicos, discutindo propostas e auxiliando na implementação de ações preventivas e corretivas.
- k. Coordenar as ações de qualidade de vida que promovam a melhoria do ambiente organizacional e a mobilização da organização quanto à prática de vida mais saudável.
- l. Coordenar administrativamente todas as atividades desenvolvidas pela equipe multiprofissional.
- m. Atuar como preposto do contrato, gerir todo o estoque de materiais e medicamentos e manutenção dos equipamentos.
- n. Executar outras atividades previstas na legislação vigente para o exercício profissional.

ITEM 4 – Serviços de saúde ocupacional - Psicologia

Posto de Trabalho: 16 horas semanais

Profissionais e requisitos

- 1 (um) **Psicólogo**, registrado no Conselho Regional de Psicologia – CRP e especialização em psicologia clínica ou correlatas; experiência profissional mínima de 2 (dois) anos em atendimento psicológico; certificação para avaliação de perfil comportamental.

Para a especialização ou certificação para avaliação de perfil comportamental, a comprovação de conclusão poderá ser apresentada em até 6 meses da sua indicação pela CONTRATADA, desde que seja apresentada declaração do curso em andamento emitida há no máximo 30 dias da indicação.

Para a Avaliação de Perfil, a comprovação poderá ser apresentada em até 6 meses da sua indicação pela CONTRATADA, desde que seja apresentada declaração do curso em andamento emitida há no máximo 30 dias a indicação.

Atribuições de Psicologia

- a. Avaliar e encaminhar servidores, quando necessário, para atendimentos diversos, como psicoterapia, grupos de autoajuda, atendimento psicossocial e terapêutico.
- b. Atender a demandas organizacionais, quando solicitado pela CONTRATANTE, tais como acompanhamento de casos relacionados a equipes e grupos de trabalho, inadaptação funcional, problemas de saúde emocional, acolhimento de servidores no retorno de longos períodos de afastamentos e preparação de servidores para aposentadoria.
- c. Assessorar a condução das equipes, atuando na resolução de conflitos e melhoria da organização do trabalho.
- d. Conduzir a aplicação da avaliação DISC e realizar sessão de devolutiva de Análise de Perfil, utilizando metodologias acordadas com o CONTRATANTE.
- e. Realizar visitas a pacientes internados ou em domicílio, quando necessário e acordado com a CONTRATANTE.

- f. Elaborar de relatório psicológico, quando solicitado pela CONTRATANTE.
- g. Conduzir em ações de qualidade de vida que promovam a melhoria do ambiente organizacional e a mobilização da organização quanto à prática de vida mais saudável, tais como:
 - a. proposição e participação em campanhas internas de preservação ou programas específicos de saúde e bem-estar;
 - b. palestras voltadas para na prevenção da saúde e bem-estar biopsicossocial;
 - c. grupos de educação em saúde voltados para a promoção de hábitos de vida saudáveis.
- h. Executar outras atividades previstas na legislação vigente para o exercício profissional.

ITEM 5 – Serviços de saúde ocupacional – Nutrição Clínica

Posto de Trabalho: 12 horas semanais

Profissionais e requisitos

- 1 (um) **Nutricionista Clínico**, registrado no Conselho Regional de Nutrição – CRN e especialização ou residência em Saúde Coletiva ou Comportamento Alimentar ou correlatas; e experiência profissional mínima de 2 (dois) anos.

Atribuições de Nutrição Clínica

- a. Prestar de atendimento para orientação nutricional, visando melhoria do comportamento alimentar fazendo as observações necessárias no prontuário.
- b. Conduzir ações de qualidade de vida que promovam a melhoria do ambiente organizacional e a mobilização da organização quanto à prática de vida mais saudável, tais como:
 - a. proposição e participação em campanhas internas de preservação ou programas específicos de saúde e bem-estar;
 - b. realização de palestras voltadas para na prevenção da saúde e bem-estar biopsicossocial;
 - c. realização de grupos de educação em saúde voltados para a promoção de hábitos de vida saudáveis.
- c. Executar outras atividades previstas na legislação vigente para o exercício profissional.

ITEM 6 – Serviços de saúde ocupacional – Fisioterapia

Posto de Trabalho: 12 horas semanais

Profissionais e requisitos:

- 1 (um) **Fisioterapeuta**, registrado no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO); e experiência profissional mínima de 2 (dois) anos em fisioterapia do trabalho e saúde ocupacional e curso de massoterapia ou equivalente.

Atribuições de Fisioterapia

- a. Realizar de aulas em grupo nas dependências da Agência ou aulas virtuais, com exercícios preventivos de preparação, compensação e relaxamento das estruturas musculares envolvidas das tarefas diárias.

- a. deverão ser utilizados, para tornar as aulas mais atraentes e produtivas, materiais diversos tais como: elásticos, colchonetes, bolinhas antiestresse ou outros acessórios, todos providenciados pela CONTRATADA. Os materiais deverão ser disponibilizados, com antecedência para preparação dos encontros semanais em quantidades suficientes para cada grupo;
- b. é de responsabilidade da CONTRATADA disponibilizar sistema de som portátil para o profissional executar as aulas de ginástica laboral de forma mais lúdica;
- c. quando em aulas virtuais, a CONTRATANTE fornecerá acesso à plataforma de interação entre os participantes.
- b. Orientar os servidores no desenvolvimento de programas de exercícios voltados para a prevenção ou tratamento de lesões ou doenças laborais.
- c. Orientar os servidores em relação à postura e ergonomia nos postos de trabalho bem como fora do ambiente de trabalho.
- d. Realizar atendimentos que ajudam na reabilitação de diversas situações, fortalecendo e alongando os músculos, que também podem servir para otimizar o estado de saúde geral e prevenir alterações motoras.
- e. Conduzir de ações de qualidade de vida que promovam a melhoria do ambiente organizacional e a mobilização das instituições quanto à prática de vida mais saudável, tais como:
 - a. proposição e participação em campanhas internas de preservação ou programas específicos de saúde e bem-estar;
 - b. realização de palestras voltadas para na prevenção da saúde e bem-estar biopsicossocial;
 - c. realização de grupos de educação em saúde voltados para a promoção de hábitos de vida saudáveis.
- f. Executar outras atividades previstas na legislação vigente para o exercício profissional.

ITEM 7 – Serviço de apoio à fiscalização de contrato – Nutrição de Produção

Carga horária (HST): 4 horas semanais

Profissionais e requisitos

- 1 (um) **Nutricionista de Produção:** Experiência de 1 ano em atividades de Nutrição em Alimentação Coletiva (conforme definição da RESOLUÇÃO CFN Nº 600, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2018); ou Certificado em nível de pós-graduação emitido por instituição reconhecida pelo MEC na área de produção de alimentos e gestão de unidades de alimentação (ou área correlata).

Serviço de Nutrição

- a. Deve ser realizada no mínimo uma fiscalização in loco por semana e deve ser confeccionado um relatório mensal que indique a aderência do café/restaurante à RESOLUÇÃO ANVISA Nº 216, DE 15 DE SETEMBRO DE 2004 e à INSTRUÇÃO NORMATIVA VISA/DF Nº 16, DE 23 DE MAIO DE 2017.
- b. O relatório mensal contemplará, no mínimo, os tópicos descritos no título 4. BOAS PRÁTICAS PARA SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO da RESOLUÇÃO ANVISA Nº 216, DE 15 DE SETEMBRO DE 2004.
- c. Ressalta-se que o profissional não será responsável pela elaboração de Procedimentos Operacionais Padrão nem pela elaboração de cardápio, mas deverá apoiar a CONTRATANTE na fiscalização das atividades e da documentação elaborada pelo Café/Restaurante. Quando estiver em funcionamento, o restaurante/café servirá, no máximo, 300 refeições grandes por dia, nos termos da Tabela 1 do Anexo III da RESOLUÇÃO CFN Nº 600, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2018.

ITEM 8 – Consultoria de Psiquiatria

Carga horária (HST): sob demanda

Profissionais e requisitos

- 1 (um) **Médico Psiquiatra**: registro no Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal – CRM/DF, RQE em psiquiatria ou Título de Especialista em Psiquiatria emitido pela AMB/Associação Brasileira de Psiquiatria e experiência profissional mínima de 2 (dois) anos em medicina.

Serviço de Psiquiatria

- a. Prestar consultoria à equipe de gestão de pessoas na condução de casos relacionados à saúde mental.
- b. Elaborar relatórios, pareceres e laudos técnicos em sua área de especialidade, atendendo demandas afetas aos processos de concessões de afastamentos e outros, que possam subsidiar decisões no âmbito da Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal e processos administrativos, nos quais caibam a atuação do Médico Psiquiatra.
- c. Participar, em colaboração com o Médico do Trabalho e outros profissionais, da elaboração e execução de política e programa de proteção à saúde mental dos trabalhadores.
- d. Prestar assistência e investigação das relações denexo causal nos casos de adoecimento e afastamentos por TMRT (Transtornos mentais relacionados ao trabalho);

Executar outras atividades previstas na legislação vigente para o exercício profissional.

O serviço será contabilizado por hora utilizada. Para efeito de cotação de preços, estão estimados 24 horas por ano. Esse serviço, por não se caracterizar como de natureza continuada, será pago apenas quando demandado.

Considerando que o serviço de psiquiatria será prestado por demanda, os requisitos profissionais foram definidos de forma compatível com essa natureza, não se exigindo dedicação exclusiva ou vínculo permanente.

Caso não disponha de serviço próprio, a CONTRATADA poderá subcontratar os serviços relativos a esse ITEM, nos termos estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico.

ITEM 9 - Serviço de realização de Exames Médicos Periódicos – coleta de material e realização de exames

Serviço sob demanda

Detalhamento do Serviço

- a. Realização de exames médicos e laboratoriais, conforme previsto nos procedimentos técnico-científicos e orientações da legislação em vigor para a promoção da saúde dos servidores.
- b. Os serviços serão prestados de acordo com o Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009, da Secretaria de Recursos Humanos, do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (atual Ministério da Economia), que regulamenta o artigo 206 A da Lei 8.112, de 1990, visando à promoção da saúde dos servidores do quadro efetivo, nomeados sem vínculo e requisitados.
- c. Os exames e testes devem ser aplicados por profissional de saúde devidamente habilitado e treinado para esta finalidade.

- d. A análise das amostras de sangue deve ser realizada em estrutura laboratorial, seguindo todas as regulamentações pertinentes.
- e. Os resultados dos exames e testes devem ser disponibilizados, para consulta em meio informatizado, mediante senha individual de acesso, ou por meio físico, de acordo com a escolha do servidor que realizar o teste, no prazo protocolar contado a partir da coleta do material.
- f. A CONTRATADA deve fornecer todos os materiais de biossegurança necessários para a coleta/realização dos exames, bem como a coleta dos resíduos biológicos gerados no atendimento.

O quantitativo máximo previsto e a especificação dos exames necessários para a avaliação de saúde ocupacional estão informados na Tabela em sequência.

O quantitativo máximo de exames foi estimado considerando o total previsto de servidores na época do ciclo de exames periódicos, porém a CONTRATANTE não fica obrigada a requisitar a quantidade total prevista.

Tabela 3 - Relação de exames médicos periódicos e quantitativos anuais estimados

Exames	ANEEL
Hemograma Completo	497
Glicemia	497
Urina Tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia – EAS)	497
Colesterol Total	497
Triglicérides	497
Creatinina	497
AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética – TGO)	497
ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP)	497
Exame Citologia oncótica (Papanicolau)	157
Coleta de material cérvico-vaginal realizada por Médico Ginecologista	157
Exame Oftalmológico (Potencial de acuidade visual – monocular) (maiores de 45 anos)	197
Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico) (maiores de 50 anos)	157
Mamografia (maiores de 50 anos)	46

Os pagamentos referentes a esses serviços serão faturados mensalmente, apenas dos exames efetivamente realizados.

Caso não disponha de serviço próprio, a CONTRATADA poderá subcontratar os serviços relativos a esse ITEM, nos termos estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico.

Item 10 – Serviço de atendimento pré-hospitalar móvel, por meio de disponibilização de Ambulância UTI:

Serviço sob demanda

Detalhamento do Serviço

- a. Para prestação do serviço a CONTRATADA deverá disponibilizar para atendimento ambulância classificada como do Tipo “D”, de acordo com a Portaria nº 2.048/GM/Ministério da Saúde, de 5 de novembro de 2002: Ambulância de Suporte Avançado - veículo destinado ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ou de transporte entre hospitais que necessitam de cuidados médicos intensivos, devendo contar com equipamentos médicos necessários para essa função.
- b. O serviço de transporte de paciente por meio de ambulância deverá estar munido de UTI Móvel e equipe de atendimento contendo, pelo menos 3 profissionais, sendo um motorista, um enfermeiro e um médico, de acordo com as prescrições da referida portaria, bem como de todos os materiais e medicamentos previstos.
- c. O atendimento deve ser disponibilizado em até 20 (vinte) minutos a partir do acionamento.
- d. O prestador de serviço deve possuir infraestrutura, conhecimento e treinamento adequado de pessoal, sob a supervisão técnica de profissional comprovadamente capacitado para desempenhar satisfatoriamente o serviço solicitado pelo CONTRATANTE e atender aos requisitos técnicos e legais estabelecidos pela Portaria nº 2048/GM/MS, de 5/11/2002 e da Instrução Normativa DIVISA/SVS nº 8, de 21/01/2016, sem prejuízo do disposto em outras normas vigentes.
- e. A CONTRATADA deverá fazer a remoção do paciente até o hospital, se necessário, mesmo que este tenha sido submetido a atendimento prévio por parte dos médicos do serviço ambulatorial contratado.
- f. O paciente poderá, se em condições e com a devida autorização do médico atendente, escolher o hospital a ser encaminhado.

O serviço será contabilizado por atendimento realizado. Para efeito de cotação de preços, estão estimados 3 atendimentos por ano dentro do Distrito Federal. Esse serviço, por não se caracterizar como de natureza continuada, sendo pago apenas se demandado.

Os serviços serão prestados pelos profissionais em serviço de saúde ocupacional localizado nas dependências da CONTRATANTE, no endereço SGAN 603, Módulo “I”, Asa Norte, Brasília-DF. O horário de funcionamento do serviço será definido pela CONTRATANTE, compreendido entre o horário de funcionamento do órgão (das 7h00 às 21h00).

A CONTRATADA deverá fornecer e gerenciar os materiais e equipamentos necessários ao funcionamento do serviço e ao atendimento a ser prestado em cada modalidade. O Anexo I deste Estudo Preliminar contém a relação de materiais e equipamentos para o funcionamento do serviço de saúde ocupacional.

O gerenciamento de materiais e equipamentos deve ser realizado pelo Preposto do Contrato e os itens faltantes ou danificados devem ser repostos ou substituídos em até 5 dias úteis da data de solicitação.

Todos os equipamentos disponibilizados pela CONTRATADA devem ser mantidos em perfeito funcionamento e devidamente higienizados: bateria e pilhas carregadas, produtos dentro do prazo de validade e equipamentos calibrados periodicamente.

Os custos desses materiais e equipamentos de responsabilidade da CONTRATADA devem estar diluídos na estimativa de preços do ITEM 3 - Serviços de saúde ocupacional - enfermagem do trabalho.

Para a estimativa do quantitativo de materiais e equipamentos disponibilizado, utilizaram-se os dados referentes ao consumo observado no contrato da ANEEL nº 11/2021 – 3º e 4º Termos Aditivos referente aos serviços de assistência médica ambulatorial de emergência e urgência em saúde, além de análise comparativa com editais de licitação com serviços semelhantes: Pregão nº 82/2024 – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) E Pregão nº 90025/2025– Banco Central do Brasil – RJ (BACEN-RJ).

Os atendimentos e atividades deverão ser realizados de forma presencial ou por teleatendimento, estando o profissional nas dependências da Agência, conforme determinado pela CONTRATANTE.

Excepcionalmente, quando solicitado pela CONTRATANTE, os serviços poderão ser prestados fora das dependências da ANEEL/ANP, nos casos de visita domiciliar ou hospitalar a servidor impossibilitado de comparecer ao ambulatório da CONTRATANTE por motivo de saúde.

A CONTRATANTE colocará à disposição da CONTRATADA as instalações, mobiliários e equipamentos que se fizerem necessários para a execução dos serviços, ressalvados aqueles cuja disponibilização será a cargo da CONTRATADA, e estão especificados no Anexo I deste Estudo.

Cabe à CONTRATADA disponibilizar equipamentos necessários para a emissão eletrônica de documentos, tais como atestados, receituários ou encaminhamentos, utilizando-se de assinatura eletrônica, por meio de certificado digital emitido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil modelo A3, cartão ou token), conforme determinado pelo Conselho Federal de Medicina.

Poderá ser autorizado pela CONTRATANTE cumprimento excepcional de prestação de serviço em jornada de teletrabalho a ser definido pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá guardar confidencialidade sobre todos os exames e dados dos servidores e não poderá fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE que não sejam em absoluto cumprimento ao Contrato.

A CONTRATADA DEVERÁ disponibilizar ferramenta para registro de prontuário eletrônico conforme as leis e resoluções em vigor de proteção de dados pessoais.

Todas as informações sobre os atendimentos deverão ser arquivadas no prontuário de acompanhamento individual dos trabalhadores, mantendo condições de confidencialidade e sigilo profissional. Toda a documentação de acompanhamento individual da saúde dos colaboradores deverá ser entregue à CONTRATANTE por ocasião do Termo de Recebimento Definitivo ou de rescisão do Contrato.

A CONTRATADA deverá garantir o adequado e regular registro no prontuário e a disponibilização das informações aos profissionais que assumem o serviço em substituições eventuais ou definitivas.

A CONTRATADA deverá fornecer aos profissionais jalecos profissionais, brancos, dentro dos padrões de eficiência e higiene recomendáveis, com identificação da CONTRATADA e em conformidade com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, devendo realizar a substituição do uniforme sempre que for necessário e conforme estabelecido neste documento.

A CONTRATADA deverá fornecer, ainda, a todos os profissionais da equipe técnica atuantes no serviço de saúde ocupacional da ANEEL/ANP, Equipamento de Proteção Individual – EPI necessários à atuação profissional.

É vedado o repasse pela CONTRATADA dos custos dos uniformes e EPI a seus empregados.

A empresa contratada deverá emitir relatórios mensais de atendimentos, por especialidade disponibilizada, conforme modelo determinado pela CONTRATANTE.

Os relatórios deverão ser entregues à CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, sendo a sua entrega vinculada ao pagamento da CONTRATADA, contendo:

- a) discriminação dos atendimentos médicos efetuados, com indicação do tipo (como consultas, curativos, administração de medicamentos etc.), data e local em que ocorreram;
- b) relação de atendimentos médicos domiciliares e hospitalares indicando a data, motivo da realização e nome do servidor e, caso o servidor não tenha sido encontrado na residência, indicar esse fato;
- c) relação de atendimentos de primeiros socorros, por acidentes de trabalho, descrevendo a história e as características do acidente, os fatores ambientais, as características do agente e as condições da pessoa acidentada, identificando o paciente, mediante registro de seu nome, localização e de sua condição, a data e o local de atendimento;
- d) relação dos serviços realizados, afetos ao contrato;
- e) outras informações solicitadas pela fiscalização do contrato.

Para prestação do serviço a CONTRATADA deverá disponibilizar para atendimento ambulância classificada como do Tipo “D”, de acordo com a Portaria nº 2.048/GM/ 2002: Ambulância de Suporte Avançado - veículo destinado ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ou de transporte entre hospitais que necessitam de cuidados médicos intensivos, devendo contar com equipamentos médicos necessários para essa função.

A ambulância deverá estar munida de equipe de atendimento contendo, pelo menos 3 profissionais, sendo um motorista, um enfermeiro e um médico, de acordo com as prescrições da referida portaria, bem como de todos os materiais e medicamentos previstos.

O atendimento deverá ser disponibilizado em até 20 (vinte) minutos a partir do acionamento.

Deverá ser efetuada a remoção do paciente até o hospital, se necessário, mesmo que este tenha sido submetido a atendimento prévio por parte dos médicos do serviço ambulatorial contratado;

O paciente poderá, se em condições e com a devida autorização do médico atendente, escolher o hospital a ser encaminhado.

O prestador de serviço deverá possuir infraestrutura, conhecimento e pessoal com treinamento adequado para desempenhar satisfatoriamente o serviço, sob a supervisão técnica de profissional capacitado;

A prestação do serviço deve atender aos requisitos técnicos e legais estabelecidos pela Portaria nº 2048/GM/MS, de 5/11 /2002 e da Instrução Normativa DIVISA/SVS nº 8, de 21/01/2016, sem prejuízo do disposto em outras normas vigentes.

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR

Prevê-se a adoção de Instrumento de Medição de Resultados – IMR como mecanismo de avaliação da qualidade da execução contratual e de aferição do desempenho da contratada, bem como as adequações nos pagamentos devidos, observada a legislação aplicável. Os critérios, indicadores e parâmetros de avaliação serão definidos de forma detalhada no Termo de Referência.

10. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

População a ser atendida

Os serviços de saúde ocupacional são direcionados aos servidores dos quadros próprios da ANEEL e da ANP, os quais compreendem atualmente cerca de 800 servidores, conforme discriminado na tabela abaixo.

Contudo, as ações de promoção e prevenção à saúde poderão impactar todo o quadro de colaboradores que atuam nas dependências da CONTRATANTE, contribuindo para a promoção de ambientes de trabalho saudáveis. Dessa forma, para fins de dimensionamento de determinados serviços, especialmente aqueles relacionados ao atendimento ambulatorial e de pronto atendimento, incluem-se na estimativa de público estagiários e empregados de empresas prestadoras de serviços que atuam continuamente nas dependências da CONTRATANTE, atualmente estimados em aproximadamente 565 pessoas.

Tabela 3: Estimativa de público usuário dos serviços:

Quadro	ANEEL	ANP	TOTAL
Servidores	644	112	756
Terceirizados	406	60	466
Estagiários	60	39	99
TOTAL	1110	211	1321

Assim, considerando toda essa população, a estimativa de circulação diária nas dependências da CONTRATANTE pode atingir cerca de 1.300 pessoas.

A carga horária de trabalho de cada profissional foi estimada de acordo com o perfil de demandas e as necessidades institucionais, considerando o escopo de ações planejadas pela Superintendência de Gestão de Pessoas da ANEEL e da ANP para o período contratado.

Os materiais foram especificados considerando relatórios de consumo no contrato vigente, adequado à expectativa de maior circulação de pessoas nas dependências do edifício a partir de 2026, com a retomada de parte das atividades presenciais pelos servidores.

Os profissionais deverão no âmbito da jornada estabelecida, executar atividades inerentes ao programa de qualidade de vida da ANEEL, tais como exames médicos periódicos, aulas de ginástica laboral, realização de grupos de promoção de hábitos saudáveis e outras atividades demandadas pela CONTRATANTE. O profissional de psicologia atuará, ainda em processos de gestão de pessoas, tais como desenvolvimento gerencial inclusive com utilização da ferramenta DISC.

A consultoria de psiquiatria foi pensada em substituição ao posto de psiquiatra, visto que a experiência na gestão do contrato identificou que a necessidade é pontual e não rotineira. Por isso, optou-se pela contratação por demanda de forma a adequar melhor o serviço às necessidades institucionais.

A estimativa de atendimento da Ambulância foi realizada considerando o histórico de acionamento do contrato vigente, que ocorreu, em média, 1 vez ao ano. Dessa forma, supondo a necessidade aumentada devido ao trabalho híbrido, estima-se uma utilização de no máximo 3 vezes ao ano.

Tabela 4: Serviços previstos para a nova contratação

Grupo	Itens	Modalidade	Unidade de aferição do serviço	Horas semanais	Previsão de Uso /Ano (HST/Posto de Serviço /Unidade)
1	ITEM 1 – Serviços de saúde ocupacional - medicina do trabalho	Medicina do Trabalho	Posto de serviço	8	1 posto
	ITEM 2 – Serviços de saúde ocupacional – clínica médica	Clínica médica	Posto de serviço	8	1 posto
	ITEM 3 - Serviços de saúde ocupacional - enfermagem do trabalho	Enfermagem do Trabalho	Posto de serviço	30	1 posto
	ITEM 4 – Serviços de saúde ocupacional - psicologia	Psicologia Clínica	Posto de serviço	16	1 posto
	ITEM 5 – Serviços de saúde ocupacional – nutrição clínica	Nutrição Clínica	Posto de serviço	12	1 posto
	ITEM 6 – Serviços de saúde ocupacional – fisioterapia	Fisioterapia	Posto de serviço	12	1 posto
	ITEM 7 – Serviço de apoio à fiscalização de contrato – nutrição de produção	Nutrição de Produção	HST	4	Sob demanda (1200 horas anuais)
	ITEM 8 – Consultoria de Psiquiatria – médico psiquiatra	Psiquiatria	HST	NA	Sob demanda (24 horas no ano)
	ITEM 9 – Serviço de realização de Exames Médicos Periódicos – coleta de material e realização de exames	Coleta de material e realização de exames	Unidade	NA	Sob demanda (previsão conforme Tabela 3)

ITEM 10 - Serviço de atendimento pré-hospitalar móvel, por meio de disponibilização de Ambulância UTI	Transporte	NA	Sob demanda (previsão de 3 chamadas no ano)
-------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------	----	---------------------------------------------

Destaca-se que a previsão de serviços prestados pelo Serviço de Saúde Ocupacional pode sofrer ajustes para adequação da demanda e atendimento às necessidades institucionais. Assim, ao longo da execução do contrato, serviços podem ser suspensos ou redimensionados com vistas à otimização do orçamento público.

11. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 860.185,30

O valor total estimado da contratação é de **R\$ 860.185,30 (oitocentos e sessenta mil, cento e oitenta e cinco reais e trinta centavos)**, definido de acordo com a tabela a seguir:

GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	QUANT.	Unidade	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL 12 meses (R\$)
1	1	8818	Médico do Trabalho – 8h semanais	1	Posto	R\$ 112.739,59	R\$ 112.739,59
	2	5916	Médico Clínico – 8h semanais	1	Posto	R\$ 99.930,63	R\$ 99.930,63
	3	18350	Enfermeiro do Trabalho – 30h semanais	1	Posto	R\$ 157.249,37	R\$ 157.249,37
	4	12572	Psicólogo – 16h semanais	1	Posto	R\$ 101.019,04	R\$ 101.019,04
	5	20281	Nutricionista Clínico – 12h semanais	1	Posto	R\$ 72.800,24	R\$ 72.800,24
	6	5568	Fisioterapeuta – 12 h semanais	1	Posto	R\$ 70.013,11	R\$ 70.013,11
	7	20281	Nutricionista de Produção – 4 horas semanais	1	Posto	R\$ 42.666,43	R\$ 42.666,43
	8	6165	Consultoria Psiquiátrica – por demanda	24	Consulta	R\$ 274,85	R\$ 6.596,28

	9	22373	Exames Médicos Periódicos – coleta de material e realização de exames – por demanda	495	Exame	R\$ 376,16	R\$ 186.201,09
	10	4014	UTI móvel – chamadas por ano	3	Chamada	R\$ 3.656,50	R\$ 10.969,51
TOTAL							R\$ 860.185,30

A metodologia utilizada para estimativa do valor da contratação bem como os documentos que lhes dão suporte estão indicados no Relatório da Pesquisa de Preços – Estimativa do Valor da Contratação (SEI 0355954).

As atividades exercidas pelas categorias de Médico do Trabalho, Clínica Médica, Enfermeiro do Trabalho, Psicólogo, Nutricionista Clínico e Fisioterapeuta possuem natureza técnica especializada e demandam continuidade na execução, em razão da especificidade das atribuições, da necessidade de integração com as rotinas institucionais e do adequado conhecimento do contexto de atuação.

A estimativa do valor da contratação considerou referências de mercado compatíveis com o nível de qualificação, especialização e experiência profissional requeridos para a adequada execução dos serviços, conforme definido neste Estudo Técnico Preliminar e nos documentos técnicos da contratação.

Ressaltase que os valores estimados possuem caráter exclusivamente referencial, destinandose ao planejamento da contratação, à análise de compatibilidade com os preços de mercado e à eventual verificação de exequibilidade das propostas, não se configurando como fixação de remuneração, piso salarial ou qualquer forma de direcionamento da disputa.

12. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando as características de mercado, conforme atribuições legais estabelecidas em lei à EBC, o parcelamento da solução é inviável. Nesse sentido, considerando os aspectos técnicos ou econômicos da solução de forma objetiva, a distribuição de publicidade legal pela referida empresa, é a solução padrão para o objeto, o que garante a adequação do processo de contratação.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes

14. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 11/2026 e alinhado com os demais instrumentos de planejamento da ANEEL, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 02270669000129-0-000001/2026
- Data de publicação no PNCP: 12/05/2025

- Id do item no PCA: 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75 e 76
- Classe/Grupo: 831 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA E DE GERÊNCIA-GESTÃO/ 931 - SERVIÇOS DE SAÚDE HUMANA
- Identificador da Futura Contratação: 323028-11/2026
- Objetivo estratégico: OE nº 12 - Potencializar a força de trabalho por meio do engajamento, cooperação e promoção de cultura organizacional alinhada às novas tendências e tecnologias
- Orçamento (SIGANEEL):
 - Programa: nº 0032 - Gestão e Manutenção do Poder Executivo
 - Ação: nº 2000 - Administração da Unidade
 - Atividade ou Projeto (Itens): nº 6.1.1 - Manter o Ambulatório e seus serviços preventivos de saúde ocupacional e nº 3 - Promover o programa de Exames Médicos Periódicos - EMP
- Classificação por natureza da despesa
 - Despesa de Custeio
 - Código da despesa: 3.3.90
 - Elemento de Despesa: 39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC: Não se aplica
- Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS: qualidade de vida no trabalho.

15. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O resultado direto da contratação é a disponibilização de serviços de saúde ocupacional aos servidores da ANEEL e da ANP que promovam saúde e longevidade laboral e atuem na prevenção de doenças. Espera-se como resultado a redução de casos de doenças e, conseqüentemente, redução do número de ocorrências de afastamentos para tratamento da própria saúde, bem como uma melhora no desempenho das equipes de trabalho.

Assim, além de contribuição positiva para a produtividade e qualidade da atuação dos órgãos, o serviço pode agregar motivação e satisfação do trabalho e, portanto, para a melhoria geral na qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade como um todo. Deste modo, o serviço de ambulatório oferecido nas dependências da Agência, pode contribuir para:

- redução do absenteísmo;
- aumento da produtividade e engajamento;
- utilização racional da assistência médica (redução da sinistralidade);
- melhoria do relacionamento com o colaborador;
- mitigação de riscos à saúde;
- gestão integrada de equipe multiprofissional de saúde;
- substituição imediata de profissionais disponibilizados pela CONTRATADA (cobertura de férias, faltas e licenças, ou quando não atenderem requisitos de qualificação exigidos);
- monitoramento de atestados e de casos crônicos, bem como dos casos relativos aos servidores afastados da organização;
- atendimento rápido a urgências e emergências;
- atendimento adequado aos grupos de risco.

A gestão do serviço de saúde ocupacional transforma o modo de a instituição se relacionar com seus colaboradores, demonstrando total interesse por sua saúde e procurando estimular atividades saudáveis que ajudem a melhorar sua qualidade de vida.

16. Providências a serem Adotadas

A ANEEL possui vasta experiência na gestão de contratos dessa natureza, contando inclusive com espaço físico preparado para o serviço de saúde ocupacional, com consultórios preparados para o exercício das atividades objeto desta contratação.

17. Possíveis Impactos Ambientais

Destaca-se como impacto ambiental a produção de lixo hospitalar que, conforme Termo de Referência, deverá ser recolhido pela CONTRATADA, a qual se responsabilizará pela destinação adequada desses resíduos.

Além disso, propõe-se a adoção das seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados:

- a. orientar seus empregados quanto a ações para redução de consumo de energia elétrica e de água, redução na produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e
- b. prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução nº 401, de 4 de novembro de 2008, do Conama.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Por todo o exposto, conclui-se pela importância da contratação do objeto proposto, que se mostra fundamental para a prevenção de agravos e o restabelecimento mais rápido de problemas de saúde, minimizando o absenteísmo, e elevando os índices de saúde, segurança e bem-estar no trabalho, os quais têm impacto na motivação dos servidores, na produtividade, bem como na continuidade e qualidade dos serviços prestados à sociedade pela ANP e pela ANEEL, considerando, ainda, a disponibilidade de recursos orçamentários específicos para tanto.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Despacho EPC nº 2058/2025-SGA/ANEEL, de 22/10/2025 (SEI 0223542)

JULIANA LIMA RAMOS

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 18:34:14.

Despacho: Despacho EPC nº 2058/2025-SGA/ANEEL, de 22/10/2025 (SEI 0223542)

ANA FLAVIA NASCIMENTO OTTO

Integrante Técnico

Despacho: Despacho EPC nº 2058/2025-SGA/ANEEL, de 22/10/2025 (SEI 0223542)

JOSE NOGUEIRA NETO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 18:33:41.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I ETP 21_2026.docx (98.62 KB)